

## TERRA À VISTA: A HISTÓRIA A CONTRAPELO<sup>1</sup>

*LAND IN SIGHT: HISTORY AND CONTRADICTION*

Luciana Iost Vinhas<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente ensaio apresenta algumas considerações acerca da obra “Terra à Vista – Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo”, de Eni Puccinelli Orlandi, por ocasião dos 30 anos de sua publicação. O texto realiza um batimento entre os processos históricos que oportunizaram a reflexão de Orlandi e a situação atual dos indígenas brasileiros, os quais seguem passando por diferentes formas de apagamento. A obra de Orlandi é entendida como um fazer historiográfico calcado na Análise Materialista de Discurso, a partir da qual se observa a história a contrapelo.

**Palavras-chave:** Terra à Vista; Análise do Discurso; contradição.

**ABSTRACT:** This essay presents some considerations about the work “Terra à Vista – Discourse of the Confrontation: Old and New World”, by Eni Puccinelli Orlandi, on the occasion of the 30th anniversary of the publication. The text discusses the historical processes that gave rise to Orlandi's reflection and the current situation of Brazilian indigenous peoples, who continue to undergo different forms of erasure. Orlandi's work is understood as a historiographical work based on the Materialist Discourse Analysis, from which history is observed through the contradictions.

**Keywords:** Terra à Vista; Discourse Analysis; contradiction.

Todo processo histórico é constitutivamente contraditório, efeito de disputas que almejam a ocupação do lugar socialmente hegemônico, a partir do qual as relações de dominação são executadas. Todo processo histórico é, portanto, político e ideológico. Esse pressuposto fundamental caracteriza um olhar da história a contrapelo, um olhar materialista da história, conforme a elaboração que apresento a seguir<sup>3</sup>.

É assim que dou início a uma tentativa de leitura da obra “Terra à Vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo”, que completou 30 anos de publicação no ano de 2020. Eni Puccinelli Orlandi, autora da obra, proporciona à Análise de Discurso uma investida histórica e

<sup>1</sup> A primeira versão deste texto foi apresentada no Colóquio “30 anos de Terra à Vista”, ocorrido nos dias 7, 14 e 21 de julho de 2021 na Universidade Federal de Pelotas.

<sup>2</sup> Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professora adjunta de Língua Portuguesa no Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas (DECLAVE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal de Pelotas - UFPel.

<sup>3</sup> Agradeço ao professor Santiago Bretanha de Freitas por ter feito a leitura da primeira versão do texto.

dialética de arquivo, trabalhando, na materialidade da língua, sobre as contradições constitutivas da transformação da terra indígena do continente americano no país chamado *Brasil*, conforme designação determinada pelos portugueses.

Desde 1990, ano da publicação da obra “Terra à Vista”, as disputas político-ideológicas têm sido constantes no país; talvez possam ser chamadas de guerras travadas no campo simbólico e, também, ocorridas em ato. Os efeitos resultantes da promulgação da Constituição Federal de 1988, com as eleições presidenciais de Collor, FHC, Lula, Dilma e Jair, trouxeram instabilidades no campo dos interesses do capital, causando desde conflitos armados em diferentes partes do território brasileiro, com a continuidade da “conquista” territorial armada contra os povos originários, até as mortes da população negra pelas milícias. Em todos esses processos, o lugar dominante, o lugar dos vencedores, encontra formas de se aliar ao Estado; a aliança entre Estado e posição dominante não deixa dúvidas sobre um funcionamento da história marcado pela soberania do capital. A contradição é, portanto, emblema dos processos históricos na formação social capitalista, materializada na estranha relação entre Estado e capital.

Tomando como base uma perspectiva discursivo-materialista de análise dos processos semânticos, é possível afirmar que a observação da relação entre o “Velho Mundo” e o “Novo Mundo” em documentos referidos ao período do Brasil Colônia marca o atravessamento de diferentes lugares da reivindicação pela visibilidade histórica, alcançada por poucos, dependente de relações de poder. Estar à frente da história, ter seu nome marcado em uma história, requer que algo seja destruído, obliterado pelas forças sociais dominantes. Assim, entre o “Velho” e o “Novo”, uma posição é a reconhecida como “vencedora”, e essa posição constitui uma estranha relação com o saber religioso católico no processo de conquista/exploração dos territórios americanos e africanos no século XV, tornando possível, assim, a instalação do capitalismo. Essas estranhezas encontradas no funcionamento das contradições proporcionaram a constituição do Estado burguês, a emergência do capitalismo e a instalação da religião católica como dominante.

O conceito de história, conforme elaboração de Walter Benjamin, estabelece uma diferença entre vencedores e vencidos no curso da história. A fim de que os vencidos não se deixem esquecer nos escombros da história, cabe ao materialista histórico “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1994, p. 225), para que o investigador historicista se engaje na prática científica com o reconhecimento sobre com quem estabelece relação de empatia. Com isso, retomamos a afirmação de Micelli (1991, pp. 241-242, grifo do autor), autor de importante resenha da obra *Terra à Vista*:

Feitas as traduções e adaptações, o índio é esvaziado de sua essência e recheado com os valores de quem vence. Sim, vence, pois há aí uma guerra muito longa, de meio milênio, onde quem perde sempre é o índio que, posto à frente da superioridade do branco, deve ser pacificado, protegido, apagado, anulado; enfim, submetido e colocado, também, à margem da história. Silenciado. E nada destrói mais a ilusão de um diálogo do que a constatação de que o outro sempre perde a voz e, junto com ela, sua voz de *ser*.

Tal é o confronto marcado no título da obra: o discurso do confronto entre o velho e o novo mundo, no qual há um vencedor. O índio (que aqui passará a ser designado como

*indígena*<sup>4</sup>) é eliminado simbolicamente, através de um processo de apagamento, e também é eliminado em ato, com o genocídio da população indígena, o qual persiste ainda hoje para atender ao desenvolvimento ruralista (TELES JUNIOR, 2018)<sup>5</sup>.

O trabalho desenvolvido por Eni Orlandi na obra “Terra à Vista” impõe questionamentos às diferentes regiões do conhecimento. Conforme a própria autora, a Análise de Discurso, como nova forma de conhecimento, “coloca questões para a Linguística, interpelando-a pela historicidade que ela apaga, do mesmo modo que coloca questões para as Ciências Sociais, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam” (ORLANDI, 2003, p. 16). No confronto entre o político e o simbólico, a partir dessa posição científica particular, o trabalho com a história se ampara no desalojamento dos escombros, revirando os restos descartados pelo discurso vencedor, o discurso da História. Vale citar Barbosa Filho (no prelo) sobre o trabalho de arquivo desenvolvido por Orlandi (2008):

Faço questão de mencionar o estado da arte da análise de discurso no Brasil no que diz respeito ao trabalho com o arquivo e o documento, bem como os trabalhos fundamentais que tematizam a questão negra e escrava. Desde o trabalho fundador de Eni Orlandi - “Terra à vista!”, publicado em 1990 - a análise de discurso se colocou diante do documento com a especificidade de um aparato teórico e conceitual singular, produzindo diante do arquivo sobre o Brasil um conhecimento para além do campo do conteúdo e da narrativa histórica.

Trabalhar *além do campo do conteúdo e da narrativa histórica* é característica da obra de Orlandi (2008), que questiona, com essa prática, os limites da pesquisa no campo da história, a qual, pela perspectiva discursiva, não pode acontecer sem dialética, no encontro entre a filosofia e a ciência. Ainda com base em Barbosa Filho (no prelo, grifos do autor), consideramos, pela perspectiva da Análise de Discurso, língua e história como materialidades, sendo que se deve propor uma leitura do documento “em seu *efeito de unidade* visando, justamente, a trituração desse efeito por meio de uma remissão dos funcionamentos discursivos a outros, formulados (ou passíveis de serem formulados) em outras condições de produção”, e é isso que a visada discursiva de Eni Orlandi nos proporciona na obra “Terra à Vista”, em uma análise linguístico-discursiva que produz as reconfigurações do corpus em espiral (PÊCHEUX, 1997).

Com base nas considerações anteriores, talvez seja possível elaborar a seguinte afirmação sobre a obra aqui apresentada: se perguntares a analistas de discurso sobre a principal pesquisa em AD escrita em solo brasileiro, provavelmente a resposta será “Terra à vista”. Além de constituir análises calcadas nos pilares epistemológicos que sustentam a teoria, a autora aborda temática que toca a constituição da nação brasileira. Vamos, a partir de agora, neste ensaio, tratar sobre algumas das questões trabalhadas na obra, atentando, especificamente, para as primeiras partes que a constituem.

É inegável, portanto, que o ano de 1990 ganha um marco no processo de consolidação da AD brasileira e na forma como compreendemos a constituição do Brasil, trazendo a dimensão discursiva para o debate sobre uma identidade forjada historicamente que não

---

<sup>4</sup> Seguindo sugestão de Santiago Bretanha, substituí todas as referências a “índio” por “indígena”, mantendo somente as ocorrências em citações diretas.

<sup>5</sup> Com a pandemia do novo coronavírus, o genocídio indígena parece ter ocorrido pela falta de vacina. Disponível em: <https://istoe.com.br/relatorio-final-da-cpi-vai-citar-genocidio-indigena-por-falta-de-vacina/> Acesso em 18/10/2021.

reconhece como própria a presença do indígena. Esse processo de recalçamento ocorre materialmente na língua, na forma como o outro estrangeiro toma a palavra para falar sobre o Brasil. O discurso do confronto apresenta a perversão como constitutiva dos processos políticos e a morte como determinante para o estabelecimento das relações de força; e isso se dá na base, no início, da formação do país Brasil a partir das chamadas “narrativas da descoberta” colocadas em circulação pelos missionários portugueses e pelos capuchinhos e viajantes franceses.

Com a obra, mais do que aprendermos sobre o funcionamento discursivo dos textos analisados, passamos a pensar sobre a nossa constituição identitária, nas transparências sobre nós mesmos que impõem identificações com os exploradores, os que teceram os discursos sobre o novo mundo sem o compreender, sem o enxergar, apagando-o, eliminando-o. Encontramos os efeitos de tal processo ainda hoje.

É por isso que considero importante trazer para esta breve apresentação a seguinte citação, presente na página 13 da obra. A autora diz o seguinte: “Quer dizer, as transparências não fazem ver melhor, não definem com maior precisão. Elas complicam, con-fundem. Dão espessura” (ORLANDI, 2008, p. 13). E é por isso que nos colocamos no lugar de analistas de discurso, buscando as espessuras que constituem as transparências dos números, das cifras, das tabelas; as transparências dos relatos, dos testemunhos; das declarações de Presidentes negacionistas, que dizem não para a ciência e sim para a propina, no mesmo processo discursivo. As transparências das cifras, que dizem sim para a compra da vacina e também dizem sim para a corrupção. Mais uma manifestação da perversão no funcionamento do discurso político, cujo efeito é a morte, o apagamento de sujeitos e de sentidos. É por isso que a análise do discurso se coloca como crítica ideológica apoiada em uma arma científica, como diz Gadet (1997, p. 08). É por isso que ela aparece, no campo das ciências humanas, como uma ameaça à comodidade dos fazeres científicos transparentes, e é por isso que, mesmo institucionalmente, por vezes encontramos amarras que tentam nos manter presos aos espelhos narcísicos que precisam ser quebrados.

Esse movimento constante, entre dito e não-dito, constitui os processos identitários. Conforme Orlandi (2008, p. 137), “todo processo identitário é constituído por uma falta (o diferente) e pelo desejo de completude (o mesmo). É esse o movimento das identidades. Está aí o movimento das formações discursivas”.

Com esse movimento, compreendemos que um dos principais mecanismos materiais responsáveis pela constituição do Brasil se dá pelo apagamento do indígena, conforme exposto na obra. Temos, na atualidade, dois exemplos sobre isso.

O primeiro exemplo: a descoberta, pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade, que ao menos 8 mil e 350 indígenas foram mortos na ditadura militar, podendo esse número ser ainda maior. Aí está o *Terra à Vista*, o discurso do confronto. Mortes em massacres, esbulho de suas terras, remoções forçadas de seus territórios, contágio por doenças infecto-contagiosas, prisões, torturas e maus tratos. Segundo o relatório, elaborado por Maria Rita Kehl, cerca de 5 mil indígenas da etnia Cinta Larga morreram por envenenamento de alimentos misturados com arsênico, aviões que atiravam brinquedos contaminados com vírus da gripe, sarampo e varíola; assassinato em emboscadas, nas quais as aldeias eram dinamitadas ou por pistoleiros, conforme consta no relatório (KEHL, 2014).

O segundo exemplo: a descoberta, em 2021, que, durante uma coletiva no Palácio do Planalto, em 2020, o epidemiologista da Universidade Federal de Pelotas Pedro Hallal teve um de seus slides censurados por membro do governo federal. O slide apresentava a incidência de Covid-19 em indígenas, relatando que, em todas as três fases do estudo epicovid, a incidência do vírus em indígenas era consideravelmente maior se comparada com as outras etnias: branca,

parda, amarela e preta<sup>6</sup>. São dois exemplos sobre como o discurso do confronto entre o velho e o novo mundo se metaforiza para os regimes de exceção dos séculos XX e XXI, marcados pelo militarismo que age no combate a um inimigo interno que teima em existir, como uma lembrança constante e insistente daquilo que está na base da nossa constituição, de um novo mundo que nunca teve a oportunidade de sê-lo.

A obra “Terra à Vista” inicia com uma pré-liminar. Tal é o título do texto que compõe o início do livro. Não é uma apresentação, tampouco uma nota prévia. Desde a primeira seção, Eni Puccinelli Orlandi define o tom da obra, uma obra que desapaga aquilo que vem sendo historicamente recalcado na constituição do país no qual vivemos, onde nascemos, onde nos criamos e com cujo imaginário dominante aprendemos a nos identificar: o que vem sendo apagado, desde 1500, segundo nos contam, é o que é mais próprio desta terra, desses 8.510.295,914 km<sup>2</sup> de terra sequestrada. O que vem sendo apagado são os que mais dizem sobre quem somos. E é assim que a metonímia entre terra e Brasil se estabelece, derivando, ainda, para os sujeitos brasileiros, que ocupam a terra, falam português e vivem sob o ideal de unidade nacional constituído socio-historicamente e apagado pelo efeito do cultural, da transparência que con-funde, da democracia racial que naturaliza o impossível da diferença.

Orlandi (2008, p. 93) nos mostra, pelo funcionamento da língua, como o apagamento do indígena foi decisivo na constituição do nosso país, da identidade nacional, com, por exemplo, a exclusão do tupi para o estabelecimento da língua portuguesa, com o ensino do português pelos missionários para ser possível a administração dos sacramentos e para governar os indígenas. Na pré-liminar, a autora explica que a primeira proposta do texto era de tratar sobre a retórica do contato entre indígenas e ocidentais, ou seja, como, através da linguagem, poderia apreciar o que se passa nessa relação entre seres tão diferentes? No entanto, a proposta mudou para a análise de discursos de construção do “outro”, especificamente para o discurso dos missionários sobre o Brasil – mas mesmo essa delimitação foi alterada, passando para o discurso francês sobre o Brasil. Pensou em nomear a proposta “discurso da colonização”, mas não pareceu suficiente, visto que a colonização tem muitas formas.

Orlandi (2008, p. 12) chegou às diferentes formas colonizadoras do discurso do conhecimento observando:

a) o apagamento da história pela noção de cultura; b) a produção material do que, apagado, toma o nome de ideologia; c) a intervenção crítica na história da ciência através de um modo de observação que propõe um conjunto entre o discurso da descoberta (de lá para cá) e o da origem (daqui para cá); d) finalmente, a viagem como descoberta, a viagem como posse, a viagem como administração, a viagem como missão, a viagem como diário íntimo, a viagem como possível, a viagem como turismo.

Três décadas depois da publicação da obra, retomamos o enunciado que finaliza esta pré-liminar:

É assim que eu gostaria de saber lido o meu trabalho: sentidos que chegam com a mesma incerteza do viajante que acaba por dizer sobretudo o que não sabe sobre aquilo que, desconhecido, veio a conhecer. E que está sempre mais

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/06/24/pedro-hallal-aponta-censura-na-divulgacao-de-dados-de-estudo-em-coletiva-no-palacio-do-planalto>. Acesso em 18/10/2021.

além. Como está sempre mais além o sentido profundo do que imaginamos ser o que chamamos Brasil (ORLANDI, 2008, pp. 13-14).

A constante (re)descoberta do Brasil por nós, sujeitos do século XXI, sempre será atravessada pela incompletude; contudo, o trabalho de Orlandi (2008) nos permite tomar a opacidade da língua como base para a compreensão sobre “o acontecimento do *Terra à vista* em nós mesmos”<sup>7</sup>. Essa “descoberta” é tomada como acontecimento: o acontecimento que remete ao “descobrimento” do Brasil, configurado linguisticamente pelo enunciado *Terra à vista*, e, também, o livro-acontecimento, o “*Terra à vista*” da professora Eni Orlandi.

Na introdução da obra, retomando o enunciado inaugural do Brasil, a autora fala sobre os efeitos do discurso das descobertas na produção de um sujeito-cultural ao invés de produzir um sujeito-histórico. Esse gesto nos nega a historicidade e essencializa o processo de colonização: uma colônia à vista; uma colônia a ser explorada sem contrapartida, sem direitos ao colonizado. Com isso, para falar sobre o discurso do confronto, Orlandi (2008, p. 20) elenca alguns objetivos: ““compreender” os processos de significação, ou seja, o que ficou atestado ao longo da produção de linguagem sobre o Brasil”; “observar como o discurso que define o brasileiro constitui processos de significação, produzindo o imaginário pelo qual se rege a nossa sociedade”; “compreender os processos discursivos que vão provendo o brasileiro de uma definição que, por sua vez, é parte do funcionamento imaginário da sociedade brasileira”. O trabalho da AD está em interferir na transparência, provocando o deslocamento do cultural ao histórico, atuando diretamente na des-essencialização do processo de colonização, desnaturalizando-o. As evidências do não-confronto, portanto, exalam uma terra ardente.

A segunda parte da introdução lança o desejo de virar o Atlântico na direção inversa das descobertas, tendo como objeto os capuchinhos e viajantes franceses que vieram ao Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII. A autora tem como fio condutor o discurso sobre o indígena e o discurso sobre o Brasil. Diz ela: “Procuramos nos conhecer conhecendo como a Europa conhece o Brasil. E no discurso das descobertas não encontramos senão modos de tomar posse” (ORLANDI, 2008, p. 24). A AD vem desatar os sentidos contidos, elaborando um outro percurso de sentidos possível.

Depois da introdução, a autora apresenta três partes, subdivididas em capítulos. A primeira parte, intitulada *Em torno do método e do objeto*, apresenta elementos teóricos importantes para a incursão a ser feita. Reconhece a origem da AD ligada ao político – em relação com a materialidade da linguagem, criando uma nova perspectiva sobre o político. Especificamente na parte *Civilização e cultura*, a autora trata da dimensão política dos sentidos, como divisão dos sujeitos e dos sentidos em si e entre si (ORLANDI, 2008). Conforme a autora,

o europeu nos constrói como seu “outro” mas, ao mesmo tempo, nos apaga. Somos o “outro”, mas o outro “excluído”, sem semelhança interna. Por sua vez, eles nunca se colocam na posição de serem nosso “outro”. Eles são sempre o “centro”, dado o discurso das des-cobertas, que é um discurso sem reversibilidade. Nós é que os temos como nossos “outros” absolutos (ORLANDI, 2008, pp. 54-55).

---

<sup>7</sup> Com a expressão “o acontecimento do *Terra à Vista* em nós mesmos”, remeto à reflexão da professora Águeda Aparecida da Cruz Borges no Colóquio “30 anos de *Terra à Vista*” (BORGES, 2021). A pesquisadora intitulou seu texto de “Memória e atualidade: o acontecimento do *Terra à Vista* em mim”.

Esse discurso autoritário, ao definir o brasileiro, o faz como um sintoma – “não é o discurso do Brasil que define o brasileiro, é o discurso *sobre* o Brasil” (ORLANDI, 2008, p. 56, grifos da autora). Esse é o confronto que está na base da constituição do Brasil, o qual significa pelo silêncio: “o brasileiro não fala, é falado. E tanto há um silêncio sobre ele, como ele mesmo significa silenciosamente, sem que os sentidos produzidos por essas formas de silêncio sejam menos determinantes do que as falas ‘positivas’ que se fazem ouvir categoricamente” (ORLANDI, 2008, p. 58).

A segunda parte da obra, intitulada *Os relatos*, apresenta a análise do discurso sobre o Brasil pelo velho mundo. A autora constata três elementos que configuram o que pode e deve ser dito sobre o Brasil: a ciência, o indigenismo e a catequese. Considero necessário resgatar citação da autora sobre esses três elementos e como eles produzem efeitos na colonização e na constituição identitária do novo mundo, na qual o indígena se transforma em ser dominado, amansado:

A ciência torna o indígena observável, compreensível, e sua cultura, legível; o indigenismo o torna administrável; a catequese o torna assimilável. Diríamos, pois, que a compreensão amansa o conceito índio, a pacificação amansa o índio como corpo e a conversão amansa o índio com espírito, como alma. Essa domesticação representa o processo pelo qual ele deixa de funcionar, com sua identidade, na constituição da consciência nacional (ORLANDI, 2008, p. 67).

A citação supracitada é própria do fazer científico discursivo, no qual a história não é tomada como uma obviedade, sendo constantemente questionada nos pontos em que o não-dito produz efeitos. Com a afirmação de Orlandi (2008), reconhecemos que o conhecimento (pela antropologia, pela linguística), a pacificação (pela política social) e a catequese (pela religião) funcionam como elementos que contribuem para o apagamento do índio na constituição da identidade cultural e política brasileira. É isso o que dizem os discursos produzidos sobre os indígenas (pelo olhar discursivo-materialista). Resta desnecessário mencionar que, do apagamento signifiante, passa-se para o extermínio do índio, com formas mais ou menos diretas de violência. Encontramos, conforme já foi mencionado anteriormente, na base da constituição do país, a estranha aliança entre religião, ciência e política, feita para conquistar e dominar.

Nos textos analisados, não se reconhece o indígena como interlocutor. O branco o usa para falar sobre si mesmo, para se mostrar aos seus. Os europeus o fazem através dos relatos, em uma imbricação entre crônica e ciência; os relatos ganham “a capacidade de juntar uma função *esclarecedora* (informar sobre o Novo Mundo) a uma função *edificante* (reafirmar a cultura europeia) e *cristianizar* o mundo” (ORLANDI, 2008, p. 113, grifos da autora). Neles existe uma forma de falar sobre a língua indígena que é determinada pelo imaginário científico da época.

Os documentos analisados por Orlandi (2008, p. 140) funcionam como “a própria matéria de constituição dos sentidos que vão definindo (configurando, con-formando) a nação brasileira. Não serão, pois, trabalhados apenas como produtos da época, mas como práticas constitutivas da cultura da época e do que hoje chamamos ‘memória nacional’”.

Para finalizar este breve ensaio, retomo as palavras de Benjamin (1994, p. 225, grifos do autor), anunciadas no início desta exposição:

A natureza dessa tristeza se tornará mais clara se nos perguntarmos com *quem* o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem a sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que o criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.

O trabalho do analista do discurso com a história se configura com o deslocamento da observação do produto para a observação do processo, passando da observação do relato para a observação da prática discursiva do relato, o que impõe diferenças no trabalho de leitura (ORLANDI, 2008, p. 140). A dimensão discursiva na observação dos processos históricos materializados na língua configura um olhar para a contradição. Podemos conferir, em *Terra à Vista*, a dimensão materialista do trabalho de leitura de Eni Orlandi, em uma leitura a contrapelo.

## Referências

- BARBOSA FILHO, F. R. O trabalho com o arquivo em Análise de Discurso: observações sobre o alienismo brasileiro. *Cadernos de estudos linguísticos*, no prelo.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BORGES, Á. A. C. Memória e atualidade: o acontecimento do Terra à Vista em mim. Trabalho apresentado em COLÓQUIO 30 ANOS DE TERRA À VISTA, Pelotas, 2021.
- GADET, F. Prefácio. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- KEHL, M. R. Violações de Direitos Humanos dos povos indígenas. In: BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório: eixos temáticos*. Brasília: CVN, 2014, pp. 206-265.
- MICELLI, P. Conhecer, nomear, governar... o índio como se fosse o índio. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 11, n. 21, pp. 241-254, 1991.



ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5 ed. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. *Terra à vista - Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

PÊCHEUX, M. A Análise de Discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

TELES JUNIOR, A. O genocídio indígena contemporâneo no Brasil e o discurso da bancada ruralista no Congresso Nacional. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário, 2018, 157f.